



Orientações para a gestão de documentos de arquivo no contexto da reestruturação da Administração Central do Estado ■

O INSTITUTO DOS ARQUIVOS Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) vai publicar no seu sítio *web*, até ao início de Setembro, um conjunto de orientações para apoiar a gestão de documentos de arquivo dos organismos da Administração Central do Estado que se encontrem envolvidos em situações de reestruturação. Entre outros objectivos, o documento pretende dar resposta aos problemas arquivísticos que se vierem a colocar com a extinção de 246 unidades orgânicas e a criação de 60 novas estruturas, previstas no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 26 de Abril, indicando quais as melhores práticas no que diz respeito aos arquivos dos organismos extintos, bem como daqueles que lhes sucedem em matéria de competências.

O documento foi produzido por um grupo de trabalho do Instituto que contou ainda com a colaboração de vários consultores externos ao IAN/TT, alguns deles prove-

nientes de serviços de arquivo ministeriais. Para a sua elaboração, o grupo procedeu à adaptação do modelo do *Guide de gestion des documents dans le contexte d'une restructuration municipale*, desenvolvido no Canadá no quadro de uma reestruturação municipal que ocorreu em 2001, o qual segue os princípios e metodologias arquivísticas promovidos pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

A versão portuguesa das orientações encontra-se estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta os requisitos legais que devem ser respeitados pelos organismos da Administração Central do Estado em todos os processos de gestão de documentos de arquivo que venham a desenvolver. O segundo capítulo destina-se a especificar os pressupostos teóricos e os procedimentos arquivísticos a implementar para solucionar os problemas de gestão de documentos de arquivo que surgem em contextos de reestruturação organizacional. Contempla diversas situações que não se encontram no documento-base canadiano,



Neste número

- 01 • Orientações para a gestão de documentos de arquivo no contexto da reestruturação da Administração Central do Estado
- 03 • Tabela de selecção – função-meio
 - CEDIMO visita IAN/TT
- 04 • O acesso a séculos de documentos na era da informação
- 05 • Arquivo Municipal de Lisboa *on-line*
- 06 • O arquivo dos “Institutos Religiosos da Índia” na Torre do Tombo
- 07 • Documento do mês
- 08 • Guarda: Ordens religiosas na Beira
- 09 • Viseu: duas novas parcerias, duas exposições
- 10 • VII Reunião da COLUSO
 - 1.º Encontro do Grupo de Arquivistas Europeus – EAG
- 11 • Revista *Tabula* publica número dedicado aos arquivos portugueses
 - Novas descrições já disponíveis *on-line*
 - Novas aquisições
- 12 • Agenda
 - IAN/TT tem novo Subdirector

a exemplo das situações da privatização de funções por parte do Estado. Inclui um ponto específico sobre o que devem os organismos fazer no que diz respeito aos sistemas informáticos, no qual se procurou ir ao encontro das mais recentes recomendações do CIA, presentes na obra *Documentos de arquivo electrónicos: manual para arquivistas* (disponível na web em http://www.ica.org/biblio/ICAEstudo16_PT_4.pdf), traduzida pelo IAN/TT e editada em Outubro de 2005, durante o IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica. O terceiro e último capítulo é relativo às etapas que devem ser seguidas no processo de reformulação orgânica. Inclui um conjunto adicional de especificações sobre as transferências de documentação. Por último, as orientações apresentam uma bibliografia que pode ser usada para desenvolver conhecimentos sobre o assunto e um conjunto de anexos de grande utilidade. Este contém questionários para aplicar na etapa de diagnóstico, que visam ajudar a conhecer a situação existente em matéria de gestão de documentos de arquivo e planear as intervenções a realizar, uma ficha das principais etapas a seguir, para controlar cada passo na resolução dos problemas arquivísticos detectados, formulários para acompanhar os processos de transferência de documentos entre organismos ou para entidades públicas de custódia de arquivos, uma lista das portarias de gestão de documentos em vigor, publicadas desde 1990, bem como um glossário dos termos arquivísticos. As orientações, que poderão também vir a ser editadas em suporte papel, serão difundidas pelas vias oficiais, esperando-se sugestões e contributos para sua melhoria.

Para o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, a criação de novas estruturas na Administração Central do Estado

constitui uma excelente ocasião para os responsáveis dos organismos reverem as suas políticas e procedimentos em matéria da gestão de documentos de arquivo, adaptarem a estrutura da classificação dos documentos, criarem ou modificarem a tabela de selecção e reenquadrarem as actividades realizadas neste domínio nas recomendações da Norma Portuguesa 4438:1-2 (tradução da Norma ISO 15489:1-2, apresentada no Boletim “Arquivos Nacionais”, n.º 12), ou mesmo desenvolverem competências com vista à articulação desta Norma com a NP ISO 9001, nomeadamente no que diz respeito à integração da gestão de documentos de arquivo nos processos de gestão da qualidade. Também os instrumentos tecnológicos que suportam as aplicações deverão ser analisados para garantir que respondem às necessidades dos novos organismos.

O IAN/TT considera, assim, que neste contexto de mudança é fundamental que os organismos a criar ou reformulados possam dispor atempadamente de recursos informacionais relativos ao funcionamento dos seus antecessores ou ao modo como as suas funções foram geridas anteriormente pelo Estado. Para este efeito, é fundamental planear esta situação e proceder a um conjunto de boas práticas no domínio da gestão de documentos de arquivo, que permitam tornar os arquivos acessíveis, enquanto repositórios de informação e conhecimento da Administração Pública. Por outro lado, é fundamental que o Estado salvasse a memória do funcionamento e da actividade dos organismos que serão extintos, criando meios que garantam, entre outros aspectos, o desenvolvimento da investigação retrospectiva que venha ser desenvolvida sobre eles. Nas orientações, o Instituto faz notar ainda que um dos factores de sucesso deste processo passará por confiar o trabalho arqui-

vístico a pessoal qualificado e que existem em Portugal diversas empresas e consultores especializados em gestão de documentos que podem auxiliar os organismos públicos que não têm, entre o seu pessoal permanente, especialistas deste domínio.

O IAN/TT, na medida dos recursos disponíveis e no âmbito das suas competências de promoção da “qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental da actividade administrativa”, suporte da “eficiência e eficácia dos serviços públicos, nomeadamente no que se refere às suas relações com os cidadãos”, disponibiliza-se para apoiar a implementação de práticas de gestão dos documentos de arquivo, por parte dos organismos envolvidos no contexto de reestruturação, podendo fazê-lo, entre outros, através de sessões de divulgação de metodologia de intervenção e de formação especializada. Está também previsto um *workshop* de divulgação e debate das orientações propostas no documento, a realizar no mês de Outubro no edifício da Torre do Tombo, em Lisboa. O Instituto manterá ainda um “canal aberto” para a colocação de questões sobre este assunto, no e-mail dsa@iantt.pt e, caso se justifique, um conjunto de respostas às questões mais frequentes (FAQ), no seu sítio *web*.

Deste modo, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, em colaboração com os organismos envolvidos, espera que a reestruturação da Administração Central do Estado constitua uma excelente oportunidade para, se efectuar um trabalho arquivístico de qualidade que garanta o acesso e o uso da informação pelo Estado e pelos cidadãos.

Pedro Penteado

DIRECTOR DE SERVIÇOS
DE ARQUIVÍSTICA E COORDENADOR
DO GRUPO DE TRABALHO
DAS ORIENTAÇÕES

Tabela de selecção – funções-meio ■

UMA EQUIPA DE PROJECTO do IAN/TT, constituída por Maria José Fidalgo, Francisco Barbedo, Paula Ucha, Sónia Jacques, Elisa Gomes e Glória Santos, tem em fase de conclusão um projecto de elaboração de uma tabela de selecção para os documentos produzidos pela Administração Pública (AP) no âmbito das funções-meio.

Trata-se de um instrumento com carácter orientador e não normativo, que visa essencialmente agilizar os processos de elaboração de Portarias de gestão de documentos. De facto, os organismos não ficam dispensados de integrar nas respectivas Portarias as necessárias disposições relativas às séries documentais que produzem no âmbito dos processos de suporte; passarão, porém, a dispor de algumas ferramentas que permitirão reduzir de forma significativa o esforço individual dispendido nos processos de avaliação. São igualmente benefícios expectáveis uma tendencial normalização da designação e conteúdo das

séries documentais e dos respectivos prazos de conservação.

Foram concretizados dois instrumentos de trabalho:

- Uma estrutura classificativa que pode ser implementada pelos organismos.
- Uma tabela de selecção com o elenco das séries documentais por áreas funcionais, estabelecimento dos prazos de conservação administrativa, destinos finais e observações.

A estruturação por áreas funcionais permite relacionar, com mais clareza, a produção documental dentro das funções específicas dos organismos.

A tabela consigna as séries para as áreas funcionais de âmbito transversal, nomeadamente Gestão de Recursos Humanos, de Recursos Patrimoniais e Financeiros, Administração Geral, Gestão da Informação e Documentação, Gestão de Sistemas e Tecnologias da Informação e área Jurídica e Contencioso.

A metodologia de trabalho adoptada compreendeu:

- A análise das séries documentais constantes das portarias de gestão de documentos publicadas em Diário da República, ao abrigo do Decreto-lei 447/88 de 10 de Dezembro.
- Levantamento da legislação administrativa em vigor para as séries documentais produzidas pelas referidas áreas-meio.
- Levantamento da legislação aplicada a cada procedimento administrativo.
- Uniformização da designação das séries.
- Aplicação de um prazo mínimo e máximo de conservação administrativa.
- Estabelecimento do destino final de cada série e subsérie.

Com o objectivo de medir a pertinência da estrutura classificativa, o grau de exaustividade das séries identificadas, bem como a concordância da Administração face aos prazos de conservação e destinos finais propostos, o IAN/TT irá agora promover uma implementação piloto para validação dos produtos junto de vários organismos da AP que contem, nomeadamente, com colaboradores arquivistas com experiência em avaliação.

Introduzidas eventuais correcções decorrentes desta implementação piloto, a tabela ficará disponível na *Internet*, no sítio *web* do IAN/TT.

Futuramente será avaliada a viabilidade de transformar este instrumento orientador em instrumento normativo, de modo a que cada organismo possa preocupar-se apenas com a avaliação da produção documental referente à sua missão específica.

CEDIMO visita IAN/TT

A pedido do Instituto Nacional da Administração (INA), uma delegação do CEDIMO (Centro de Informação de Moçambique) foi recebida no IAN/TT no dia 22 de Maio último, para uma sessão de trabalho na área de gestão documental, enquadrada no projecto que envolve o INA e o Ministério da Administração Estatal de Moçambique – “Parceria Institucional em Moderna Gestão Pública”.

Foram abordadas estratégias, metodologias de trabalho e instrumentos técnicos de apoio à implementação de boas práticas de gestão de documentos na Administração, com especial destaque para as questões directamente relacionadas à gestão e preservação de arquivos digitais.

A sessão estiveram presentes, por parte do INA o Dr. Elias Quadros, por parte de Moçambique Dra. Catarina Matsinhe, Directora Nacional do CEDIMO; Dr. Rufino Alfe, Chefe de Departamento de Planeamento e Desenvolvimento e Dr. Henrique Mandava, Chefe de Repartição do Gabinete de Informação do Governo e ainda, por parte do IAN/TT, Dr. Pedro Penteado, Director de Serviços de Arquivística, Dra. Maria José Fidalgo, Chefe de Divisão de Arquivos Intermédios e Dr. Francisco Barbedo, Coordenador do Gabinete de Estudos de Arquivos Correntes.

Paula Ucha

O acesso a séculos de documentos na era da informação ■

O ARQUIVO DA FUNDAÇÃO DA CASA de Mateus (FCM) conserva a memória familiar dos que habitaram no espaço da Casa de Mateus desde 1577 até aos nossos dias. Para além de documentação administrativa da Casa, o arquivo contém documentação pessoal e profissional.

A conservação da documentação deve-se ao esforço continuado de 13 gerações da família, tendo o primeiro arquivista sido contratado na segunda metade do séc. XVIII para remediar um infortúnio. Em 1772 D. Leonor José de Portugal, administradora da Casa de Mateus durante os anos em que seu marido D. Luís António de Sousa Botelho Mourão ocupou o cargo de Governador da Capitania de São Paulo no Brasil, enviou para Lisboa os títulos do Morgado de Mateus. Tendo-se perdido o correio no percurso, o Rei D. João V concedeu alvará para que todos os bens pertencentes aos Morgados de Mateus fossem considerados de Morgado Regular. A preocupação de D. Leonor que se perdesse a Casa com os papéis que asseguravam a posse das terras foi tal que decidiu contratar um arquivista, dando na altura início a uma organização da documentação administrativa em armários, gavetas, maços e títulos, que as gerações futuras foram incumbidas de alimentar e preservar.

Desde essa altura muitos historiadores e arquivistas *passaram* por Mateus. No entanto, o tratamento da imensa massa documental acumulada exigia meios e esforços que apenas a evolução da tecnologia e da arquivística poderiam permitir levar a cabo. Tal tarefa foi iniciada em 2001 com o Programa

de Tratamento e Digitalização do Arquivo da Casa Mateus, com o apoio do Programa Operacional da Cultura (POC).

Em Outubro de 2002, com a entrada do Professor Doutor Armando Malheiro da Silva como coordenador, procedeu-se a uma readequação dos procedimentos metodológicos seguidos, com a adopção de um modelo teórico-prático cujos objectivos centrais são a reconstituição dos contextos orgânico-funcionais e temporais de produção/recepção da documentação e a celeridade no acesso. Paralelamente ao tratamento arquivístico foram realizadas tarefas de investigação que permitiram reconstituir a estrutura orgânico-funcional de todas as gerações da Família da Casa e identificar todos os conjuntos documentais existentes, provenientes de Famílias ou Casas cuja documentação está depositada em Mateus, como Melo ou Mangualde.

Embora inicialmente não tenha sido possível identificar uma organização original, com a prossecução dos trabalhos arquivísticos deparamo-nos com um conjunto documental descrito em três livros de índice. Este conjunto é composto por 34 gavetas constituídas por maços, numerados, em cuja capilha são descritos os documentos que cada maço contém. Do ponto de vista arquivístico seria impensável desfazer a organização original deste conjunto, tendo-se procedido à sua reconstituição. Optamos por descrever este conjunto documental, que contém a documentação administrativa de 10 gerações da Casa de Mateus (1577-1923), como série funcional denominada Gavetas,

designação usada pelos familiares da Casa. Desta forma foi dado ao conceito operatório de série a necessária maleabilidade, abarcando não só as sequências de documentos unidos entre si no momento da produção por características orgânicas e tipológicas, mas também reordenações temáticas constituindo sequências (séries) menos orgânicas, mas mais funcionais, marcadas pela necessidade de uso.

O Catálogo do Arquivo da FCM, publicado no âmbito do Projecto de Tratamento e Digitalização do Arquivo, inclui a descrição da seguinte documentação: pessoal e profissional de 6 gerações da Casa de Mateus (1577-1806); administrativa de 10 gerações da Casa de Mateus (Série Gavetas) – (1577-1923); pessoal e administrativa de famílias que se ligaram à Família da Casa de Mateus (subsistemas familiares) (1521-1804). O CD-ROM, publicado no âmbito do mesmo Projecto, apresenta uma perspectiva do acervo documental do Arquivo da Casa de Mateus, que foi inteiramente digitalizado e microfilmado, e de todo o trabalho arquivístico levado a cabo.

Neste momento, cumprindo a vontade do instituidor da FCM, e graças ao apoio do POC e aos esforços de todos os que integraram o projecto, o Arquivo da Casa de Mateus encontra-se disponível para consulta, pretendendo a FCM apoiar todos os que desejarem contribuir para o estudo e divulgação do seu acervo. Para mais informações contactar arquivo@casademateus.pt.

Armando Malheiro da Silva
Teresa Albuquerque
Fernanda Gonçalves

Arquivo Municipal de Lisboa *on-line* ■

O *SITE* DO ARQUIVO MUNICIPAL de Lisboa possibilita a todos os seus visitantes contactar com informação disponível, comunicar por correio electrónico com o Arquivo e usufruir da pesquisa na base de dados.

Este *site* entrou em funcionamento, em finais de 2004, possibilitando o contacto com documentos, fotografias, fundos e espólios que vão desde o século XIII até à actualidade, pertencentes aos diversos pólos de arquivos do Arquivo Municipal de Lisboa.

Com este serviço, os visitantes podem consultar, via *Internet*, um conjunto alargado de serviços com toda a informação, segurança e acessibilidade. Para tal, basta consultar o endereço <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>, aceder à *homepage* do *site* e prosseguir para os diferentes menus.

Assim, a partir da *homepage*, pode-se percorrer e obter a mais diversa informação sobre o Arquivo

Municipal de Lisboa: a sua história, organização interna, regulamento de acesso, consulta da documentação, notícias diversas, publicações, actividades e eventos, etc.

Neste *site* está contemplado um pequeno texto sobre cada pólo de arquivo (Arquivo Histórico, Arquivo do Arco Cego, Arquivo Intermédio e Arquivo Fotográfico), onde se visualiza a sua localização e acessibilidade, os contactos, os horários de abertura ao público, uma descrição sucinta sobre a documentação, os diversos serviços, nomeadamente, as Bibliotecas de Apoio com bibliografia específica relacionada com a documentação de cada arquivo.

Todas as páginas permitem realizar pesquisas *on-line* na base de dados do Arquivo.

No menu «Serviços» encontramos a página do Serviço Educativo do Arquivo, onde se apresentam as diversas actividades deste serviço, os objectivos gerais e metodologia de

trabalho, bem como, os contactos, a possibilidade de fazer inscrições *on-line* das diferentes actividades e, brevemente, permitirá consultar o jornal *Arquivo Municipal de Lisboa*. Esta página fornece, ainda, informações sobre os Gabinetes de Digitalização, de Avaliação, de Design, de Conservação e Restauro e de Microfilmagem.

No menu «Projectos e Eventos» os visitantes do *site* podem ver os destaques e o calendário de actividades e eventos, que consta de uma breve descrição e do programa geral, com a data e a hora das diferentes iniciativas.

No Arquivo *on-line* reside um dos principais atractivos do *site*, pois através da pesquisa contacta-se directamente e de forma gradual com a documentação digitalizada de todos os Fundos e Colecções do Arquivo.

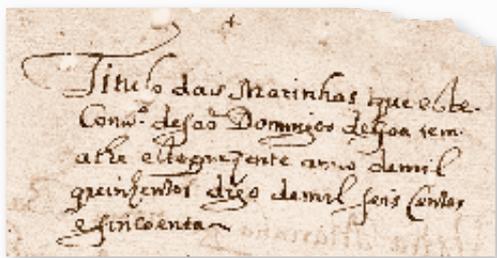
Actualmente, pode realizar pedidos de requisições e de reprodução *on-line*, assim como, consultar o catálogo das publicações existentes nas nossas Bibliotecas de Apoio à leitura.

Em conclusão, abrir uma porta virtual para o seu acervo (sejam elas cartas régias do século XIII, mapas do século XIX ou fotografias do século XXI) e actividades foi o objectivo que norteou a criação do *site* do Arquivo Municipal de Lisboa, vocacionado para um vasto público e que pretende servir tanto aqueles que procuram fontes para os trabalhos de investigação, como os que querem apenas vaguear sem qualquer destino pelo passado da cidade. Tudo isto num conceito novo de Arquivo.

Inês Morais Viegas

CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO
DE ARQUIVOS

O arquivo dos “Institutos Religiosos da Índia” na Torre do Tombo ■



IAN/TT, Institutos Religiosos da Índia, Mç. 2, n.º 96A.

O CONJUNTO DOCUMENTAL designado por “Institutos Religiosos da Índia” contém fundos relativos à documentação de conventos, assim como, de algumas congregações religiosas, colégios, igrejas, ermidas e religiosos, que se fixaram em Goa e se disseminaram por toda a Índia. Goa foi a sede do Padroado Português do Oriente, sito no Convento de Nossa Senhora da Graça. Salientamos a abundância de agostinhos nas missões portuguesas asiáticas, que iniciaram a sua grande empresa por aprovação de D. Sebastião. A primeira missão foi constituída por doze freires. Foi fundada pelo M. R. P. Fr. António da Paixão, anteriormente prior do Convento da Graça de Lisboa. O P. Fr. Simão de Moraes, o P. Fr. Simão de Jesus, o P. Fr. Anselmo do Paraíso, o P. Fr. Manuel dos Reis, o P. Fr. Jorge Queimado, o P. Fr. João da Graça, o P. Fr. Domingos da Piedade, o P. Fr. João de Santa Mónica, o P. Fr. Pedro da Conceição, o P. Fr. Luís Camelo e o irmão leigo Fr. Manuel de S. Pedro, acompanharam-no saindo de Lisboa em 1572.

A maior parte do acervo diz respeito aos conventos de Nossa Senhora do Carmo de Goa: PT-TT-CNSCRG, Convento de São Francisco de Goa: PT-TT-CSFG, Convento de Nossa Senhora da Guadalupe de Goa: PT-TT-CNSGG, Convento de

Nossa Senhora da Graça de Goa: PT-TT-CNSGRG, Convento de Santo Agostinho de Goa: PT-TT-CSAG, Convento de Santa Bárbara de Goa: PT-TT-CSBG, Convento de Santa Cruz dos Milagres de Goa: PT-TT-CSCMG, Convento de Santiago de Goa: PT-TT-CSG, Convento da Santíssima Boaventura de Goa: PT-TT-CSBVG, Convento de São João de Deus de Goa: PT-TT-CSJDG, Convento de Santa Mónica de Goa: PT-TT-CSMNG, Convento de São Domingos de Goa: PT-TT-CSDG, Convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Baçaim: PT-TT-CNSBSB, Convento de Santo Agostinho de Baçaim: PT-TT-CSAB, Convento de Nossa Senhora da Anunciada de Baçaim: PT-TT-CNSABC, Convento de São Gonçalo de Baçaim: PT-TT-CSGB, Convento de Nossa Senhora da Graça de Damão: PT-TT-CNSGD, Convento de São Domingos de Tete: PT-TT-CSDT, Convento de São Domingos de Malaca: PT-TT-CSDM, Convento de São Tomás: PT-TT-CST, Convento do Pilar em Guadalupe: PT-TT-CPG, Convento de Santo Agostinho de Macau: PT-TT-CSAGM, Convento de São Domingos de Salsete: PT-TT-CSDS e Convento de São Domingos de Bengala PT-TT-CSABN.

Através da leitura da documentação destacamos como principais conteúdos os autos cíveis de arrematação, cartas de aforamento, certidões, escrituras, instrumentos de quitação, protestos, sentenças de obrigação, termos de juramento, renúncias, contendas, demarcações, foro, doações, petições, testamentos, relatórios de contas, vendas, entre outros.

Nos “Institutos Religiosos da Índia” podemos retirar informações

diversas sobre o seu relacionamento com outras instituições, a saber o Juízo dos agravos e apelações, a fortaleza de Moçambique, a Casa da Relação de Goa, a Mesa da Relação, a Inquisição, a Companhia de Jesus a Casa da Suplicação, a Misericórdia de Goa, e a propaganda Fendi, com a criação de vicariatos apostólicos vinculados directamente à Santa Sé, constituídos à revelia do Padroado Português do Oriente.

Com o Decreto da extinção das ordens religiosas (publicado na *Chronica Constitucional de Lisboa*, em 30 de Maio de 1834), também os Institutos Religiosos da Índia se foram extinguindo.

A documentação do Padroado Português no Oriente encontra-se hoje no IAN/TT, desconhecendo-se o momento da sua incorporação. Também existe documentação na Filmoteca Ultramarina Portuguesa, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa e no Arquivo Histórico do Estado da Índia.

O seu âmbito cronológico está compreendido entre o séc. XVI e o séc. XVIII. O espólio compreende cinco caixas de documentação, com treze maços de documentos, em suporte papel.

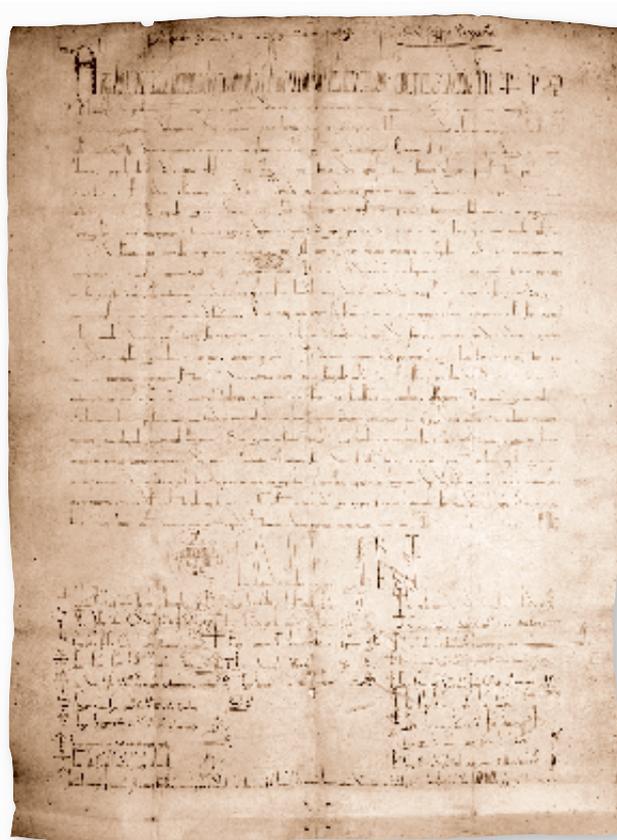
A documentação encontra-se em fase de descrição arquivística, ao nível do fundo, no âmbito do projecto de “Descrição dos fundos eclesiásticos da Torre do Tombo”, dado que até hoje não existiam Instrumentos de Descrição Documental para estes fundos.

Carla Santo

Documento do mês ■

COM O OBJECTIVO de promover a divulgação do património documental que se encontra à sua guarda o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo lança a iniciativa o “Documento do Mês” onde todos os meses estará patente ao público, fisicamente e *on-line*, um documento diferente, representativo da diversidade existente neste Instituto.

A iniciativa foi lançada oficialmente em Maio passado e o documento escolhido foi a bula *Manifestis Probatum* (Roma, 23 de Maio de 1179) – a Magna Carta de Portugal, tendo sido esta a forma escolhida para celebrar os 827 anos do documento através do qual o Papa Alexandre III reconheceu a independência de Portugal e a D. Afonso Henriques o título de rei. Trata-se de um documento fundamental para a identidade nacional na medida em que com o mesmo há um reconhecimento formal, no plano externo, da independência de Portugal porque, de acordo com os critérios jurídico-políticos então vigentes, estão cumulativamente verificados os requisitos para a separação de *jure* de Leão: a designação do chefe político como *rex*; a referência ao território como *regnum*, o direito à protecção pontifícia como reino; o respeito das fronteiras pelos reis cristãos vizinhos. O nome da bula advém-lhe da arenga (primeira parte do texto) a qual funciona como narrativa ou exposição do



FOTOS: JOSÉ ANTONIO SILVA



conteúdo do diploma: o Papa dirige-se a D. Afonso Henriques dizendo que está *manifestamente provado* que ele prestara relevantes serviços à Igreja e merece que as suas súplicas sejam atendidas. Trata-se de uma bula maior, de carácter político de especial relevo, em que é mais elaborada a redacção do texto jurídico, desde a arenga às cláusulas finais e à riqueza do aparato validatório – as assinaturas dos 22 cardeais subscritores, todas autógrafas, muitos deles com conhecimentos de direito canónico e experiência diplomática;

à solenidade diplomática corresponde o aparato formal – caligrafia apurada, acentuado espaçamento das linhas, ornatos muito ricos, traçado das letras não espontâneo mas na linha da prática da chancelaria, ou seja, as hastes muito longas e ornamentadas, e sinais de abreviatura em forma de laço, a “roda” com a cruz *signum crucis* da mão do Papa e a coroa circular ornada com a empresa do Papa, a inscrição latina, o monograma e o selo.

No decurso do mês de Junho está patente ao público o *Livro Preto* do Mosteiro do Salvador de Grijó, datado de 18 de Junho de 1452, e que se trata de um códice de elevada importância pois contém cópias de doações, vendas, testamentos e outros actos jurídicos assim como vária documentação, respeitantes às relações de direito privado, foros e propriedades, na recuada época dos primórdios da nacionalidade.

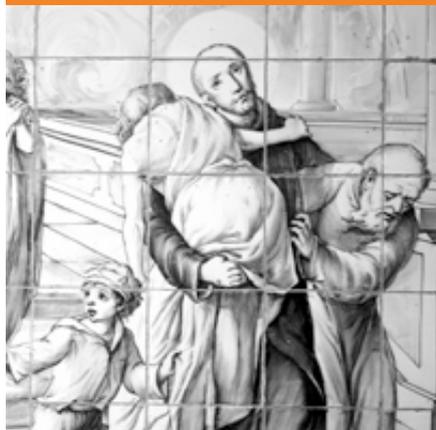
E para Julho propomos a apresentação de *Marchas, Danças e Canções*, (1946) uma partitura do compositor Fernando Lopes Graça e poemas de vários autores, alvo da censura visada pelo Secretariado Nacional de Informação na medida em que, de acordo com a Censura, esta publicação posta à venda pela “Seara Nova”, inscrevia-se no tipo de publicações que versavam assuntos de carácter político e social.

Miguel Bandeira Veloso

As Ordens Religiosas na Beira ■

DECORREU NA SALA DO ARQUIVO Distrital da Guarda, no passado dia 19 de Maio, o colóquio “As Ordens Religiosas na Beira” inserido na comemoração dos 400 anos dos

IRMÃOS DE S. JOÃO DE DEUS 400 Anos em Portugal



PROGRAMA Colóquio

As Ordens Religiosas na Beira

ARQUIVO DISTRITAL DA GUARDA

19 de Maio de 2006 [entrada livre]

10h00

Início das Comunicações

“Ordens Religiosas na Beira: raízes da memória”

17h00

Visita à exposição no Paço da Cultura

“Reais Hospitais Militares de S. João de Deus, na fronteira luso espanhola, séculos XVII-XVIII”

ORGANIZAÇÃO

Arquivo Distrital da Guarda
Câmara Municipal da Guarda
Comissão de Irmandade de S. João de Deus, 400 Anos em Portugal / Ordem Hospitaleira de S. João de Deus
Diocese da Guarda

COLABORAÇÃO

Escola Superior de Educação da Guarda
Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus
Instituto Português Património Arquitectónico

Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal.

Promovido pelo Arquivo Distrital da Guarda, Diocese da Guarda e Ordem de Hospitaleira de S. João de Deus, Província Portuguesa, contou com a participação de dezenas de interessados pelo tema.

Sua Ex. Reverendíssima D. Manuel da Rocha Felício, Bispo da Guarda que presidiu à 1.ª sessão, referiu-se à nossa grande responsabilidade enquanto herdeiros de uma cultura que urge conservar e preservar. Foram oradores o Pe. Doutor Júlio Pinheiro que ressaltou a Memória enquanto Identidade e Colectivo Individual; o Pe. Doutor Aires Gameiro salientou a proveniência de uma grande quantidade de Irmãos de S. João de Deus, oriundos do Distrito da Guarda, e mais particularmente do Concelho do Sabugal, onde a solidariedade e hospitalidade já tão intrínsecas aos beirões, se tornaram mais relevantes após a passagem de Bento Menni por Aldeia da Ponte; o Pe. Nunes Dorguete que exaltou o papel desenvolvido pelo Irmão Júlio Santos, natural de Monte Margarido, Guarda, como um exemplo de abnegação dedicando toda a sua vida aos que menos podiam, pobres e mais necessitados, para que pudessem ter possibilidade de viver com dignidade (este Irmão foi discípulo de Bento Menni); a encerrar as comunicações da sessão a Irmã Alice Roseira, das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, congregação feminina criada há 125 anos, por Bento Menni, para apoiar as doentes de foro psiquiátrico, dirige a Casa de Saúde Bento Menni, implantada na Guarda há 12 anos e que vem desen-

volvendo um trabalho na área da saúde mental e da psiquiatria, sendo símbolo de Hospitalidade.

A 2.ª sessão presidida pelo Pe. Doutor Júlio Pinheiro incidiu sobre o culto de S. João de Deus na Beira e em África, tendo o Mestre Moutinho Borges feito o seu enfoque na importância dos Reais Hospitais Militares de S. João de Deus após a Restauração e nos símbolos existentes nas esculturas das capelas e na toponímia em eixos viários adjacentes aos hospitais e o Mestre Lima Garcia dissertou sobre as vicissitudes por que passaram as ordens religiosas no Império ultramarino no século XX, seus avanços e recuos, resultantes da implantação da República e da promulgação da Lei da Separação das Igrejas e do Estado, que retirou ao clero a possibilidade de doutrinar em África, situação que só se alterou em 1926, com a criação de dioceses e circunscrições missionárias no Ultramar; o Mestre Carlos Berrincha apresentou Leomil, aldeia do concelho de Almeida, como sede da Comenda da Ordem Hospitalar de Roncesvalles, a qual exerceu uma actividade religiosa, cultural e agrícola entre 1276 e 1834. A finalizar Carla Santos e Ana Paula Fazenda falaram, respectivamente, dos Conventos Franciscanos da Beira como pólos de culto religioso sendo hoje, os Conventos existentes, lugares privilegiados de cultura; e dos Conventos enquanto símbolos sóbrios e simples da arquitectura religiosa, mas marcos indeléveis de um tempo e uma história que o IPPAR no âmbito das suas funções recupera e preserva.

Maria Cecília Lança Falcão Dias

Duas novas parcerias, duas exposições ■

O ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU tem vindo a consolidar uma componente, que ambiciona cada vez mais amplificada – colaboração com as entidades da região em actividades de carácter cultural, de modo a promover e divulgar o seu acervo. Fomentando este princípio, organizámos duas exposições documentais, destinadas a eventos específicos.

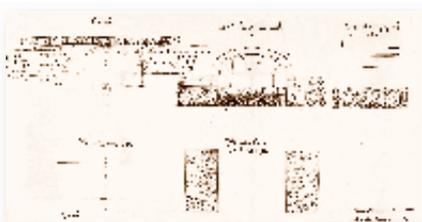
Coligados com o xxiv Encontro de Professores de História da Zona Centro, que se realizou em Viseu nos dias 26 a 28 de Abril, concretizámos uma exposição subordinada ao tema “Contributos para a História Local”, que esteve patente no átrio da Aula Magna do Instituto Politécnico.

Esta exposição propende contribuir para o entendimento do surgimento e compleição de várias componentes que constituem partes integrantes da cidade de Viseu.

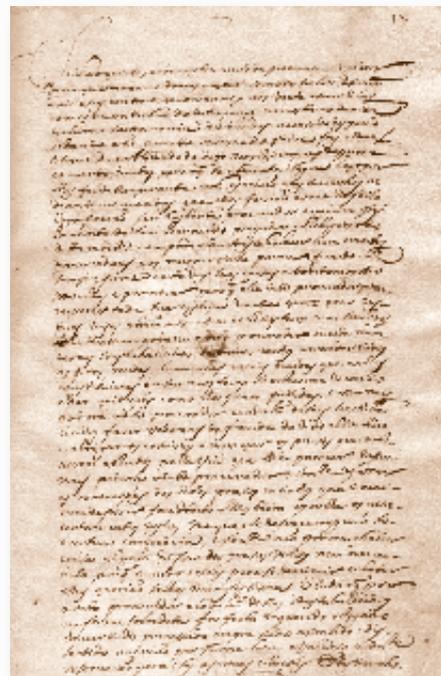
Dos vastos e valiosos cartórios que os mosteiros cistercienses possuíram no distrito de Viseu,



ADVIS, Pergaminhos, Mç. 27, N.º 45.



ADVIS, Governo Civil, Cx. 2838, N.º 3.



ADVIS, Monásticos, Convento de Salzedas, Lv 1/3, Fl. 17.

foram incorporados no Arquivo Distrital de Viseu, aquando da sua criação, cinco livros, sendo dois respeitantes ao Convento de São João de Tarouca e três ao Convento de Salzedas. Do

Convento de Maceira Dão, permanecem apenas 25 documentos avulsos, respeitantes a prazos.

Uma gentil oferta o ilustre escritor Aquilino Ribeiro, efectuada em Novembro de 1936, permite-nos deter um livro de prazos do Convento de São Cristóvão de Lafões.

O legado seria insuficiente, mas não impeditivo de anuir ao desafio da Comissão Científica do 2.º Encontro Cultural São Cristóvão

de Lafões, que se realizou nos dias 5 e 6 de Maio, para a prossecução de uma exposição subordinada ao tema “Mosteiros de Cister no Distrito de Viseu”. O objectivo consiste em contribuir para que o cidadão do distrito conheça e compreenda melhor a sua região e a sua identidade.

As exposições realizadas encontram-se disponíveis para cedência a todas as instituições que as solicitarem. Neste alargamento trilharam já vários itinerários e muitos outros estão agendados.

Com a realização e difusão destes eventos pretende-se reafirmar o princípio da divulgação de um património documental de enorme riqueza, através do qual é possível reconstituir a história do distrito, e que se encontra disponível para estudo, reflexão e análise.

Maria das Dores Almeida Henriques

DIRECTORA DO ARQUIVO
DISTRITAL DE VISEU

REUNIÕES INTERNACIONAIS

VII Reunião da COLUSO ■

REALIZOU-SE NOS DIAS 19, 20 E 21 DE ABRIL, no Rio de Janeiro, a VII Reunião Conjunta das Secções Brasileira e Portuguesa da Comissão Luso Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Património Documental.

A Professora Esther Bertholetti apresentou um ponto da situação e trabalhos realizados no âmbito do Projecto «Resgate», incluindo a publicação de instrumentos de pesquisa. Salientou as potencialidades de alargamento deste projecto a outros arquivos, nomeadamente na Europa e África. O Director do IAN/TT apresentou um breve balanço dos trabalhos realizados no âmbito do Projecto «Reencontro», salientando a elaboração de instrumentos de pesquisa sobre 675 rolos de microfílm.

Foram posteriormente apresentados projectos já executados ou em vias de concretização nos: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro; IAN/TT; Biblioteca Nacional do Brasil; Biblioteca Nacional de Portugal; Arquivo Histórico do Itamaraty; Arquivo Histórico Diplomático; Arquivo da Marinha, Brasil; Arquivo Histórico do Exército; Arquivo Público da Bahia; Arquivo Público

do Pará; Arquivo Público Mineiro; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

A última sessão de trabalho foi dedicada à apresentação e discussão de diferentes propostas de trabalho para 2006-2008. Salienta-se, no âmbito do projecto «Reencontro», a concentração de esforços na transferência de suporte da documentação existente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, designada de «Negócios de Portugal».

Por último foi aprovado o Regulamento do Concurso de Monografias, Prémio D. João VI de Pesquisa. Este concurso será realizado pela COLUSO, com o apoio da Universidade de Coimbra, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, do Real Gabinete Português de Leitura, do Liceu Literário Português, e da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, para além do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e IAN/TT. Os trabalhos devem ser entregues até ao final do mês de Fevereiro de 2007, de acordo com o regulamento a publicar no próximo Boletim, mas desde já disponível no sítio *web* do IAN/TT, www.ianntt.pt [1]

1.º Encontro do Grupo de Arquivistas Europeus – EAG ■

NO PASSADO DIA 26 DE ABRIL, realizou-se em Bruxelas o 1.º Encontro do Grupo de Arquivistas Europeus, constituído por representantes de cada Estado membro da União Europeia e um representante de cada uma das Instituições de nível europeu: Parlamento Europeu, Conselho da Europa, Comissão Europeia, Tribunal de Justiça das Comunidades e Tribunal Europeu de Contas. Até à adesão dos respectivos países, os representantes da Bulgária e da Roménia possuem o estatuto de observadores. Portugal nomeou como seu representante o Director do IAN/TT, Dr. Silvestre Lacerda.

O Programa de Trabalhos ficou definido de acordo com a Recomendação do Conselho da EU, de 14 de Novembro de 2005, estruturando-se em 5 eixos prioritários:

- 1 Conservação em Arquivos e prevenção de danos produzidos por catástrofes;
- 2 Reforço da cooperação inter-disciplinar à escala europeia em matéria de arquivos e documentos electrónicos;
- 3 Criação e manutenção de um portal na *Internet* para promover o acesso aos arquivos;
- 4 Promoção de boas práticas em matéria de legislação comunitária e mundial sobre acesso e gestão de documentos e de arquivos (estabelecendo um inventário da legislação existente na União Europeia alargada);
- 5 Estabelecimento de medidas de prevenção contra o roubo de documentos e arquivos.

No decorrer da reunião foram feitas várias apresentações dos trabalhos em curso, de entre as quais destacamos:

Hartmut Weber – Prevenção de catástrofes em arquivo;
Ian Macfarlane – Relatório do DLM-Forum. Apresentou as linhas essenciais dos trabalhos realizados, dando particular ênfase à proposta de financiamento apresentada à Comissão Europeia para a o desenvolvimento dos requisitos funcionais e esquemas para testes do MoReq2, cuja publicação está prevista para o Outono de 2007 e início dos textos para a primavera de 2008;
Marc Maes – Acesso Público aos documentos da União Europeia;
Ivo Volman – A iniciativa da Biblioteca Digital Europeia: o papel dos arquivos e oportunidades de financiamento. Foram apresentados os eixos fundamentais da iniciativa i2010, os quais contemplam os programas de: digitalização; acesso em linha; e preservação digital. [1]

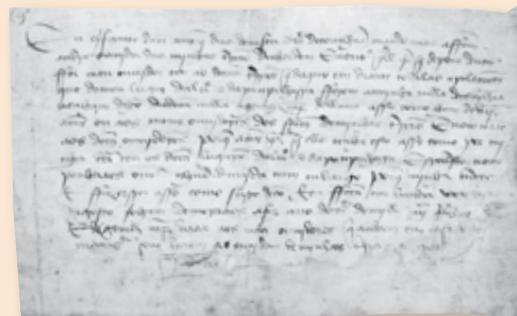
Revista *Tabula* publica número dedicado aos arquivos portugueses ■

FOI RECENTEMENTE EDITADO o n.º 8 da revista *Tabula*, da Associação dos Arquivistas de Castela e Leão, intitulada *Memórias de Portugal: la experiencia archivística portuguesa*, editada por Luís Hernández Oliveira e Pedro Penteado, com oito artigos de especialistas portugueses. Na primeira parte são expostas as linhas gerais da arquivística portuguesa na sua vertente legislativa, normativa, profissional e inovadora nos artigos *A actividade legislativa e o seu impacto nos arquivos portugueses* (Jorge Afonso Silva Paulo); *O Arquivista em Portugal? Que futuro?* (Miguel Rui Infante); *Reorientando a política de salvaguarda e valorização do património arquivístico do sector público* (Silvestre Lacerda, Cecília Henriques e José Maria Salgado) e *DIGITARQ: do arquivo digital ao*

utilizador (Maria João Pires de Lima). Na segunda é analisada a situação de diferentes arquivos nos artigos *Gestão de documentos de arquivo na Administração Central: desenvolvimento e desafios num contexto de mudança* (Pedro Penteado); *90 anos: os arquivos distritais em Portugal* (Acácio Fernando de Sousa); *Os arquivos municipais portugueses nos alvares do século XXI* (António Maranhão Peixoto) e *O arquivo: apoio à gestão e à memória da empresa* (Maria Dias Andrade).

As reproduções fotográficas ilustram os textos de forma apelativa, alertando para a riqueza dos arquivos fotográficos portugueses. Esta edição marca uma viragem decisiva na colaboração entre os profissionais dos dois países.

Ana Barros



Novas aquisições ■

NO PASSADO DIA 10 DE MAIO, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo adquiriu, no Leilão n.º 50 de livros e manuscritos realizado pela firma Pedro de Azevedo – Leiloeiro, Livreiro, Unipessoal, Lda, um manuscrito em pergaminho com assinatura autógrafa do Infante D. Henrique, datado de Lisboa, 30 de Agosto de 1448. No documento o Infante manda que as apelações provenientes dos lugares de Álvaro e Pampilhosa, destinadas aos ouvidores da Covilhã, sejam antes enviadas a Gomes Martins de Lemos.

Um outro lote composto por cerca de 39 documentos (séc. xv–xix), relativo ao Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, foi comprado por este Instituto no Leilão n.º 162 de livros e manuscritos realizado pelo Palácio do Correio Velho, Soc. Comercial de Leilões, S.A., no passado dia 30 de Março.

Ambas as aquisições verificaram-se na sequência do exercício do direito de preferência deste organismo, ao abrigo da alínea j) (Exercer, em nome do Estado, o direito de preferência nos casos de alienação de espécies valiosas ou de interesse, ainda que não inventariadas), do Art.º 3º do Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março.

Catarina Ferreira Guimarães

Novas descrições já disponíveis on-line ■

AS DESCRIÇÕES PERTENCENTES à documentação das Memórias Paroquiais, União Nacional, Registo Geral de Mercês, Chancelaria de D. Duarte, Chancelaria de D. João II, Junta Nacional de Educação e processos crime do Tribunal do Santo Ofício, cuja documentação se encontra na Torre do Tombo, podem ser consultadas através de TT Online, inserido na página principal do IAN/TT. Aí chegado, deve aceder a descrições arquivísticas, e no código de referência colocar a sigla MPRQ (Memórias Paroquiais), UN (União Nacional), RGM (Registo Geral de Mercês), CHR/H (Chancelaria de

D. Duarte), CHR/J (Chancelaria de D. João II), JNE (Junta Nacional de Educação) e TSO/IL (Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa), TSO/IC (Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra) e TSO/IE (Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Évora). No caso das Memórias Paroquiais poderá combinar, na pesquisa, o código de referência com o nome da localidade pretendida, inserindo-a no campo título. No caso do Tribunal do Santo Ofício poderá combinar, na pesquisa, o código de referência com o nome da pessoa pretendida, inserindo-a no campo título. [1]

AGENDA

Exposições ■

26 de Abril a 7 de Julho

ESTÁ PATENTE NA TORRE do Tombo a exposição

O Documento de Arquivo, uma edição do IAN/TT. A Exposição, cuja abertura oficial contou com a presença de S. Exa. a Ministra da Cultura, visa contribuir para a divulgação da importância do documento de arquivo, como resultado da actividade de uma pessoa singular ou colectiva e que tem a finalidade e capacidade de servir de matéria de prova.

A Exposição mostra 40 documentos e está estruturada em 3 núcleos temáticos. No primeiro é feita uma abordagem dos materiais e suportes utilizados para a “criação” dos documentos, e onde podemos encontrar o mais antigo livro de registo da Chancelaria régia (D. Afonso II 1217/1221),

o mais antigo documento em papel (1268) ou processos com as respectivas provas apensas, códices factícios e rolos de pergaminhos. O segundo núcleo evoca as formas de validação – os selos, (de família ou de emblemática heráldica autárquica), as assinaturas (pessoais, de grupos sócio-profissionais e o sinal de tabelião), e a “róbora” (desenho que se torna um marca pessoal). O terceiro núcleo é dedicado à matéria de prova. [1]

Outubro

A PARTIR DE 27 DE OUTUBRO deste ano irá estar patente ao público, na sala de exposições do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, uma mostra documental intitulada **70 Anos Depois, Memória e História: Tarrafal e Guerra Civil de Espanha**.

A Exposição, organizada pelo IAN/TT, tem como finalidade o suporte documental ao Colóquio “Salazarismo, Tarrafal, Guerra Civil de Espanha” pro-

movido pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O Colóquio terá lugar no IHC (Lisboa), nos dias 27 e 28 de Outubro, e na FLUP (Porto) nos dias 4 e 5 de Novembro. [1]

90 anos do Arquivo Distrital de Leiria ■

- **3 de Agosto**, pelas 17H00, será colocada uma placa evocativa na sala de conferências do Arquivo Distrital de Leiria e decorrerá uma conferência, sob o tema *Tito Larcher: uma forma especial de ver a cultura em Portugal*, com José Manuel Anes e António Reis.
- **9 de Outubro** – conferência *90 anos depois, que arquivos regionais?* Mais informações em: <http://adleiria.iannt.pt> [1]

IAN/TT tem novo Subdirector ■

O Professor Doutor José Carlos Baptista do Nascimento e Silva foi nomeado Subdirector do IAN/TT, a partir de 1 de Maio de 2006.

Licenciado em Engenharia Electrónica (Sistemas Digitais e Computadores) pela Faculdade de Engenharia – Universidade do Porto, em 1982, obteve o grau de Mestre em Informática de Gestão pela Universidade Católica Portuguesa, em 1995. Doutorou-se em Tecnologias e Sistemas de Informação, na Universidade do Minho, em 2003, tendo sido tema da sua tese «A virtualização da

gestão de Sistemas de Informação: impactos na sua organização e nos seus recursos humanos».

A nível profissional focou a sua actividade na Gestão de Sistemas de Informação, com ênfase em diversos aspectos das Tecnologias da Informação, do desenvolvimento de Recursos Humanos, nas relações Organização-Meio e nas temáticas da Sociedade de Informação. Desempenhou diversas funções técnicas, comerciais e de gestão em empresas nacionais e multinacionais de referência e, desde 1998, funções de docência e investigação na Universidade do Minho. [1]